

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       , DE 2013**

Acrescenta § 12 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para definir a condição de trabalhador rural

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“Art. 11.....  
.....

§ 12 Para fins de aplicação desta Lei serão considerados trabalhadores rurais os segurados previstos no inciso I, *a*, deste art., que desempenhem suas funções em âmbito de estabelecimento cuja atividade seja preponderantemente rural, com exceção dos diretores empregados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto tem por objeto solucionar uma questão de interpretação da lei que tem oferecido algumas dificuldades aos trabalhadores.

Como sabemos, a Constituição Federal proíbe distinções entre trabalhadores rurais e urbanos, salvo quanto ao tempo de aposentadoria dos rurais e, por extensão, às especificidades decorrentes da natureza da produção rural. Por esse motivo, o trabalhador rural possui requisitos distintos para a comprovação de seu tempo de serviço e o empregador rural possui regime diferenciado de recolhimento previdenciário.

A intenção dos legisladores constitucional e infraconstitucional foi clara: ao trabalhador rural, em virtude das características específicas do trabalho rural, são conferidas algumas prerrogativas. O legislador não especificou, contudo, quem seria considerado trabalhador rural.

Ainda que possamos argumentar que as disposições legais não sejam de difícil interpretação, o fato é que, desde a adoção dessa fórmula perduram divergências jurisprudenciais a respeito de que trabalhadores seriam incluídos na qualidade de rural. Notadamente, acerca dos motoristas em atividades rurais encontramos um grande número de precedentes que discutem se esse profissional pode ser enquadrado ou não como rural. A jurisprudência inclina-se fortemente pela admissibilidade desse enquadramento, a ponto de se consolidar Orientação Jurisprudencial (OJ) da Subseção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho nesse sentido – a OJ nº 315. Além disso encontramos, em menor quantidade, julgados referentes ao *status* de cozinheiros rurais, tratoristas e, mesmo, vaqueiros.

Ainda que nos pareça – e aos Tribunais – que a intenção do legislador não foi a de restringir a qualificação de rural ao trabalhador que labute diretamente no plantio ou na colheita, a autarquia previdenciária tem se aferrado à ausência de definição do trabalhador rural para procrastinar a concessão e benefício a trabalhadores diretamente inseridos na dinâmica das relações de trabalho agropecuárias.

Esta proposição retira essa possibilidade e garante aos rurais o seu devido reconhecimento, pelo que peço a meus Pares seu apoio para aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Rita